



A contribuição do Brasil para a Estratégia de Cooperação Sul-Sul e Triangular da OIT: Uma visão geral

Junho 2015

**IX Reunião Anual Brasil-OIT de
Cooperação Sul-Sul e Triangular**

Genebra, 10 de Junho, 2015 – 8 am- 10 am: Sala VII, ILO HQ



I. A cooperação Brasileira com a OIT: um breve olhar

O sucesso do Brasil em várias áreas da política pública, incluindo programas e atividades direcionadas a várias áreas da Agenda de Trabalho Decente tais como o combate ao trabalho infantil e trabalho forçado, tem recebido atenção crescente da comunidade internacional e gerado interesse de outros países em desenvolvimento, que receberam com entusiasmo as novas possibilidades de cooperação com o Governo. Nos últimos anos, a OIT buscou a cooperação sul-sul como uma nova oportunidade de expandir sua experiência nessas áreas, focando inicialmente no tema do trabalho infantil, o programa de cooperação técnica de mais consolidado da OIT no Brasil, e seguindo para outras áreas, tais como trabalho forçado, proteção social, seguridade social, empregos verdes, temas setoriais e migração.

A cooperação horizontal da OIT com o Brasil iniciou-se em 1987 quando um acordo foi firmado para a cooperação entre a África e as Américas. Em seguida, dois Memorandos de Entendimento (MdE) de cooperação sul-sul e cooperação triangular foram assinados, em Dezembro de 2007 e Março de 2008: o primeiro sobre prevenção e eliminação do trabalho infantil, e o segundo sobre promoção da proteção social em diversas regiões, com ênfase nos países lusófonos da África (PALOP). O acordo mais amplo foi assinado em Março de 2009 pelo Diretor-Geral da OIT e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil – o “Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para a Implementação do Programa de Parceria Brasil-OIT para a promoção da Cooperação Sul-Sul”.¹

Lançamento da publicação “A inovação que vem do terreno: Sistematização do Programa de Parceria Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul (2005-2014)”, Abril 2015

O Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-OIT foi empreendido à luz da Resolução nº 58/220 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre cooperação técnica e econômica entre países em desenvolvimento. Os primeiros contatos e atividades entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a OIT aconteceram em 2005 durante a fase de implementação do Programa de Parceria Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul, que foi posto em marcha em 2009, alguns meses após a Conferência de Nairóbi. Uma publicação recente analisa essa parceria:

http://www.ilo.org/brasil/publicações/WCMS_360779/lang--en/index.htm

¹ Em Março de 2012, o Conselho de Administração da OIT aprovou uma estratégia para a “cooperação sul-sul e triangular” (CSST). A estratégia menciona o papel do Brasil como um ator chave para liderar futuros mecanismos de CSST e linhas de ação para a OIT e seus parceiros tripartite. Ela também estabelece os seguintes resultados: 1) a OIT tem uma maior consciência e capacidade institucional para identificar e implementar a cooperação sul-sul e triangular, com uma visão para criar uma iniciativa global para esse tipo de cooperação; e 2) a Agenda de Trabalho Decente é fortalecida através da cooperação sul-sul e triangular com um número crescente de governos, parceiros sociais, agências da ONU e ONGs envolvidas.

Distribuição Geográfica

Em termos geográficos, a CSST Brasil-OIT está concentrada principalmente na América Latina, África e Ásia:

- **África:** África do Sul (através do IBSA), os PALOPs (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe), República Unida da Tanzânia e Nigéria.
- **América Latina e Caribe:** Paraguai, Bolívia, Equador e Haiti. Através da “Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil”, 25 países estão envolvidos na mobilização de recursos e elaboração de políticas conjuntas.
- **Ásia:** Índia (através do IBSA), Timor Leste.
- **Estados Árabes:** Território ocupado da Palestina (através do programa humanitário inter-regional com o CIF-OIT).

Apoio regional, sub-regional e inter-regional: G20, MERCOSUL, CPLP, BRICS, IBSA e PALOPS.

No período entre 2005-2015, aproximadamente 20 milhões de dólares foram aprovados para a contribuição dos quatro objetivos estratégicos da OIT, tanto para a CSST quanto para a implementação de projetos no Brasil e outros países em desenvolvimento.

II. Uma aliança estratégica para a CSST: áreas temáticas

Progresso para a prevenção e eliminação do trabalho infantil

O Programa de Parceria Brasil-OIT para a promoção da Cooperação Sul-Sul para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil inclui diversas atividades em um largo espectro de países em desenvolvimento. Dez projetos sub-regionais e nacionais foram implementados em onze países. Os programas foram inicialmente desenvolvidos na Bolívia, no Equador e no Paraguai e depois estendidos para a região do MERCOSUL (Argentina, Brasil e Paraguai), os PALOPs e então para a Tanzânia, Timor Leste e Haiti. Os projetos relacionados ao Haiti e PALOPs foram co-financiados com recursos dos Estados Unidos através de uma parceria com o Departamento de Estado (USDOS) e o Departamento do Trabalho (USDOL), respectivamente, e foram implementados através de um inovador acordo de cooperação triangular.

Um projeto custeado pelo Ministério do Desenvolvimento Social intitulado “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil” apoiou a preparação e implementação da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (Brasília, Outubro de 2013).² Foi então possível estender os benefícios da cooperação sul-sul para outros países e dar início à promoção de uma iniciativa conjunta dos países da região no

² Assim sendo, durante o ano de 2014 os seguintes projetos estavam ativos: PALOPs, Equador, Haiti e Tanzânia, além do projeto de apoio à III CGTI através da CSST. Entre Janeiro e Dezembro de 2014, o Escritório da OIT no Brasil centralizou seus esforços em finalizar os planos de trabalho e ações para a disseminação e promoção dos arranjos necessários para a participação na Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil.

combate ao trabalho infantil. O projeto de apoio ao Programa foi revisado para incluir recursos do Ministério do Trabalho do Brasil para apoiar a “Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil”.

PALOPs

As atividades executadas em 2013 foram essenciais para acelerar o ritmo da ação direcionada a erradicar o trabalho infantil em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Essas atividades contribuíram para a participação dos países envolvidos na III CGTI. Conferências ocorridas em Praia, São Tomé e Príncipe e outras atividades no projeto registraram retornos positivos dos países quanto à relevância do projeto e seu papel central. O trabalho Infantil permanece como um importante tema nas agendas dos governos.

Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP: Boa prática em proteção social e luta contra o trabalho infantil, 2014

Em 25 de março de 2014, uma reunião informal aconteceu para a revisão da publicação intitulada “Cooperação Sul-Sul e Triangular na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Boas práticas em proteção social e no combate ao trabalho infantil”.

A OIT e a CPLP construíram um sólido relacionamento de cooperação, e para atingir esse objetivo a CPLP e seus Estados-Membros organizaram diversas reuniões em Genebra, inclusive em nível ministerial durante a Conferência Internacional do Trabalho. Essa publicação tem por objetivo retratar os sucessos da CSST na esfera da CPLP e aumentar a visibilidade dos esforços e compromissos desses países nessas principais áreas sociais.

O lançamento oficial da publicação conjunta “Cooperação Sul-Sul e Triangular na CPLP: Boa prática em proteção social e luta contra o trabalho infantil” ocorreu em Lisboa, em Dezembro de 2014. O Governo Brasileiro ofereceu insumos substanciais para essa publicação, bem como seus parceiros sociais.

http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/newsl_32_digital.pdf

Tanzânia

O projeto de cooperação entre o Brasil e a Tanzânia chamado “Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil na Tanzânia” foi implementado de Janeiro de 2011 até Junho de 2013. Em Junho de 2013, representantes da Tanzânia participaram de um seminário internacional no Brasil para compartilhar boas práticas em trabalho decente, com ênfase no trabalho infantil. O programa incluía discussões técnicas e mesas redondas com especialistas do MDS, TEM, MPT e TST, da SDH e da ENAP. Durante o Seminário, houve o intercâmbio experiências relacionadas aos programas de transferência de renda, trabalho infantil, sistemas de proteção social e planos de ação nacional.

Haiti

A primeira experiência de cooperação sul-sul do IPEC no Haiti foi um projeto iniciado em 2006. À finalização desse projeto, um novo projeto para o Haiti foi negociado, no contexto da CSST, com conclusão planejada para 2014, no escopo do IPEC/OIT – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, em colaboração com SECTOR/OIT –

Programa de Atividades Setoriais, cujo foco era a reconstrução depois do terremoto de 2010. Em Junho de 2013, uma delegação Haitiana participou do Seminário Internacional sobre Boas Práticas em Trabalho Decente, ocorrido em Brasília. Aproveitando a presença das delegações da Bolívia, Brasil, Equador, Haiti, Paraguai e Peru, especialistas da Argentina, Colômbia e Panamá, duas atividades complementares foram executadas. Isso envolveu uma visita conjunta de intercâmbio dos países interessados no programa “Me Encontrei”, uma oficina de resultados e prospectos e uma avaliação das visitas de intercâmbio que a OIT tem implementado entre os países que são parte de projetos de cooperação sul-sul.

Um treinamento para adolescentes no ramo da construção no Haiti apoiado pela ONG Viva Rio foi desenvolvido. Alianças estratégicas foram estabelecidas com o Ministério de Temas Sociais e Trabalho, o Instituto de Bem-Estar Social e Pesquisa, a Organização Internacional de Migrações (OIM) e a Missão da ONU para a estabilização do Haiti (MINUSTAH). O Comitê Nacional Tripartite contra o Trabalho Infantil foi estabelecido para iniciar o processo de consulta necessário para definir a lista de Piores Formas de Trabalho Infantil e a formulação de um Plano Nacional contra o Trabalho Infantil.

O projeto organizou três importantes intercâmbios com o Brasil: a) em Junho de 2013, a participação do Haiti no Seminário Internacional sobre Trabalho Decente em Brasília, onde foi possível conhecer várias experiências sobre o tema e visitar o programa “Me Encontrei” no Mato Grosso; b) em Fevereiro de 2014, o treinamento dos inspetores trabalhando na elaboração do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e desenvolvimento de uma lista de piores formas; entre 22 e 23 de Abril de 2014, uma oficina de intercâmbio com a participação do SENAI para apresentar e compartilhar a experiência brasileira do “Me Encontrei”, com representantes dos três setores chave (Governos, trabalhadores e empregadores) envolvidos na luta contra o trabalho infantil no Haiti. Ao final dessa oficina, os participantes concordaram em implementar um projeto piloto em áreas da construção civil e cafeicultura para facilitar a adaptação do programa “Me Encontrei” ao Haiti.

Projeto dos IBSA para promover a integração socioeconômica de crianças e jovens vulneráveis através de uma abordagem multifacetada e reforçando mutuamente intervenções como treinamento profissional, colocação no mercado de trabalho, empreendedorismo e desenvolvimento de cidadania (futuro)

Concebido durante a reunião do G20 em Pittsburgh, 2009, esse projeto fortaleceu a cooperação sul-sul entre o Haiti e o Brasil sistematizando as lições aprendidas no Haiti e as boas práticas desenvolvidas no Brasil. Assim, foram realizadas diversas visitas de intercâmbio e de estudo entre especialistas brasileiros e haitianos. Esse projeto favorece as sinergias entre os governos do Sul, sociedade civil e parceiros estratégicos, potencializando o efeito multiplicador da cooperação técnica. O projeto tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico de jovens vulneráveis através da eliminação do trabalho infantil e promoção do emprego decente para jovens nas áreas de Bel Air e Cité Soleil em Port-au-Prince. O projeto apoia o aumento da empregabilidade e do empreendedorismo, e facilita seu acesso ao trabalho decente. Valores de democracia e cidadania também são promovidos entre as comunidades-alvo. As iniciativas futuras dos IBSA fundamentam-se na relação OIT/IBSA formalizada em 2010 através de um acordo assinado com o objetivo de desenvolver e promover a CSST, e em 2012 a OIT/IBSA assinaram o Protocolo de Intenções para “intensificar ainda mais o diálogo político e intercâmbios entre Índia, Brasil e África do Sul em áreas incluídas na Agenda de Trabalho

Estratégias para acelerar o ritmo da eliminação das piores formas de trabalho infantil – III Conferência Global sobre Trabalho Infantil (Outubro, 2013) e seus seguimentos

O Brasil sediou a III CGTI em Outubro de 2013. Foi firmado um projeto de cooperação sul-sul entre a OIT e o Governo Brasileiro com a finalidade de oferecer suporte técnico e logístico à III CGTI, assegurando a participação de mais de 40 países menos desenvolvidos na Conferência. Um dos resultados políticos mais importantes, além da participação significativa dos países, foi a Declaração de Brasília. Essa constatação política demonstrou consenso entre 155 países representados pelos seus governos, empregadores e trabalhadores; estabeleceu um processo de continuidade, com uma nova conferência global na Argentina; reafirmou a responsabilidade governamental no combate ao trabalho infantil, com a colaboração dos outros atores; reafirmou a importância da CSST para promover o tema e reconheceu que políticas públicas devem refletir uma abordagem integrada, políticas focadas em educação e trabalho para os adultos. O Governo Brasileiro apresentou a Declaração ao Conselho de Administração da OIT em Março de 2014. Nessa ocasião, o Conselho solicitou que a OIT assegurasse a integração da Declaração ao Plano de Ação Global da OIT sobre o tema, e ao trabalho do IPEC, reafirmando assim seu compromisso com a eliminação do trabalho infantil como um dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, e por consequência uma das mais altas prioridades da Organização para a consecução de uma Agenda de Trabalho Decente.

Ao final de 2014, o projeto de apoio à [III CGTI](#) foi expandido com novos recursos, para apoiar o Governo brasileiro no processo de adaptação de sua política de prevenção e erradicação do trabalho infantil ao novo contexto socioeconômico do país, assim como à sua sistematização e compartilhamento no contexto da Cooperação Sul-Sul e da Iniciativa Regional e inclusão de um novo componente direcionado à inclusão produtiva através do trabalho decente para beneficiários de programas de combate à pobreza.

Iniciativa Regional “América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil”

No contexto da III CGTI em 2013, o Ministério do Trabalho e Emprego aprovou uma revisão ao projeto de apoio ao Programa de Cooperação Sul-Sul para incluir o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e implementação de uma “Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil”. Isso deriva em grande parte da Declaração de Brasília assinada durante a Conferência. A declaração clama por renovado apoio à erradicação do trabalho infantil, incluindo suas piores formas, através de melhorias na cooperação internacional, sul-sul e triangular. Durante a III CGTI, o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil convocou diversos ministros e vice-ministros do trabalho de vários países para uma reunião anual com fins de reforçar o compromisso de promover uma “Iniciativa Regional América Latina e Caribe Livres de Trabalho Infantil” para acelerar a redução do trabalho infantil e solicitou apoio técnico da OIT nesse processo.

Durante o ano de 2014, depois de um processo de consulta com países da região, 25 países foram incluídos na Iniciativa. Em Setembro de 2014, a Primeira Reunião de Pontos Focais da Iniciativa Regional resultou no Plano de Trabalho 2014-2015 e no compromisso da rede de pontos focais com a implementação deste plano, além da aprovação de um mecanismo de organização e gerenciamento da iniciativa, bem como a consolidação dos pontos focais como a equipe responsável pela implementação e monitoramento da Iniciativa.

Durante a 18ª Reunião Regional Americana (Outubro, 2014), uma declaração foi adotada sobre a Iniciativa Regional. O diretor-geral da OIT Guy Ryder referiu-se à Iniciativa Regional como um exemplo do que pode ser conseguido quando a vontade política é combinada com um compromisso com o diálogo tripartite.

A Iniciativa Regional tem como objetivo a adoção de políticas para combater o trabalho infantil, especialmente no contexto da Iniciativa Regional. Como resultado do projeto, foi possível:

- A participação de 25 países comprometidos com a necessidade de fortalecer medidas para urgentemente reduzir os indicadores de trabalho infantil na região.
- A confirmação da OIT como secretariado técnico da Iniciativa, a pedido dos Estados-Membros.
- A aprovação de um documento como resultado do trabalho conjunto entre os países através de um processo de identificação e consulta, definindo quais são os obstáculos para o progresso, e melhor ainda, quais são os objetivos, os resultados esperados e as principais linhas de ação.
- Quatro projetos prioritários em áreas como: a) agricultura, desenvolvimento rural e luta contra o trabalho infantil; b) descentralização, com os municípios ativos no combate ao trabalho infantil; c) treinamento para combater o trabalho infantil em populações migrantes; d) treinamento e capacitação para adolescentes expostos às piores formas de trabalho infantil.
- Uma estratégia para mobilizar recursos públicos e privados.

Primeira Reunião de Pontos Focais da Iniciativa Regional América Latina e Caribe livres de Trabalho Infantil, Brasília, Setembro de 2014

Realizada em Setembro de 2014, essa reunião serviu para chegar a um acordo entre os países quanto à estrutura operativa da Iniciativa, às áreas de prioridade para cada país e aos mecanismos para atingir essa meta. Uma vez que essa Iniciativa emergiu do Sul, mecanismos como a CSST foram realçados como estratégias fundamentais para abordar o tema do trabalho infantil na região. Outros mecanismos mencionados durante a reunião foram as Parcerias Público-Privadas (PPP), associações com os parceiros tradicionais de desenvolvimento e coordenação interinstitucional nos níveis local e nacional.

Ações planejadas:

- Incluir a cooperação sul-sul nos orçamentos nacionais;
- Produzir um portfolio de boas práticas que cada país pode oferecer, e suas áreas de interesse onde podem aprender com outros;

-
- Tornar a Iniciativa Regional um canal de comunicação com as agências de desenvolvimento e ministérios de relações exteriores, apoiando a coordenação interinstitucional com os ministérios do trabalho.
 - Promover a cooperação sul-sul em nível local para fortalecer agendas locais.
 - Definir mecanismos claros para iniciar uma estratégia de cooperação sul-sul no contexto da Iniciativa Regional.

Programa de treinamento no campo da assistência humanitária, prevenção de desastres e recuperação após desastres ambientais: Brasil – CIF/OIT (Janeiro, 2011 – Janeiro, 2014)

Esse programa de treinamento e desenvolvimento institucional foi resultado de uma parceria técnica e financeira entre a Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a OIR e o Centro Internacional de Formação da OIT, Turim(CIF/OIT).

O apoio do Brasil para a cooperação para o desenvolvimento com outros países foi oferecida também através do financiamento direto de participantes da África e América do Sul para assistir aos treinamentos no CIF/OIT através de atividades regulares e customizadas e para o desenvolvimento de pacotes de capacitação tais como o curso de ensino à distância sobre Redução de Riscos em Desastres e Desenvolvimento Local Sustentável em Português. Por exemplo, o curso sobre turismo sustentável em áreas rurais conduzido em Botucatu/SP (Novembro, 2014) acomodou 14 participantes de 8 diferentes países, todos financiados pelo Brasil.

Os resultados do programa 2010-2014 foram descritos no livro de boas práticas sul-sul da CPLP (2010, OIT, CPLP). A análise de impacto realizada ao final do programa mostrou claramente uma avaliação positiva feita pelos participantes sobre as capacitações, indicando um impacto significativo nos ambientes individual, institucional e externo. Durante os três anos do programa, 15 atividades foram realizadas em Cabo Verde, Haiti, Moçambique, território ocupado da Palestina (faixa de Gaza), Nigéria e Timor Leste, em pleno acordo com os objetivos estabelecidos.

O grande interesse e compromisso fomentado pelos cursos do programa de treinamento com as instituições-alvo levaram à participação de 383 estudantes, 85 a mais do que originalmente planejado. O programa também permitiu a preparação em Português de pacotes de treinamento de alto nível sobre redução de riscos em desastres locais e desenvolvimento, acessíveis para os países da CPLP.

Academia sobre Economia Social e Solidária, OIT, FACAMP – Campinas, Julho, 2014

A quarta edição da Academia sobre Economia Social e Solidária foi realizada em Campinas, entre 28 de Julho e 1º de Agosto de 2014, com o apoio da OIT, FACAMP, CUT e a Secretaria de Economia Social do MTE.

Ao final da Academia, participantes chegaram a resultados que incluem:

- Um melhor entendimento de áreas onde a Economia Social e Solidária pode ser aplicada e implementada com sucesso, tais como a criação e preservação de empregos. Proteção

social, diálogo social, empregos verdes, arcabouços legais e políticos, economia informal e desenvolvimento econômico local. Participantes também tiveram a oportunidade de receber materiais sobre a Cooperação Cidade-a-Cidade (C2C)³, que é uma modalidade de cooperação sul-sul crescente na OIT.

- Estratégias e ferramentas de economia social e solidária global, com ênfase particular na CSST.

http://www.ilo.org/empent/Eventsandmeetings/WCMS_237666/lang--en/index.htm

Combate ao trabalho forçado através da cooperação triangular (EUA-Brasil-Peru)

Em Dezembro de 2012, a OIT estabeleceu uma parceria com o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (USDOL) para a implementação de um projeto de cooperação técnica direcionado ao fortalecimento dos esforços para combater o trabalho forçado no Brasil e Peru, bem como à disseminação e compartilhamento de boas práticas na cooperação entre o Brasil e Peru através de mecanismos de cooperação triangular. Esse projeto é resultado de discussões e consultas com diferentes parceiros estratégicos no Brasil e Peru, que levou a um consenso sobre os principais objetivos estratégicos.

Em 2013, a OIT realizou no Brasil um seminário intitulado “Plano de Monitoramento e Avaliação Compreensivo” para discutir a estrutura do projeto, bem como seu mecanismo de monitoramento e avaliação, com a participação de vários parceiros estratégicos. O lançamento oficial desse projeto ocorreu em 20 de Maio de 2014.

Como acordado, o Brasil apoiaria o Peru em aumentar e disseminar a base de conhecimento sobre trabalho forçado e aumentar sua capacidade institucional para executar ações de combate ao problema. Além disso, o Brasil compartilharia e o Peru tentaria adaptar boas práticas para combater o trabalho forçado através dos mecanismos de cooperação horizontal.

Desde o início oficial do projeto, o escritório da OIT para Países Andinos, com o apoio da OIT Brasil, tem executado atividades para atingir os objetivos supracitados. Além disso, em Agosto de 2014, o Brasil organizou uma missão prospectiva ao Peru, na qual os principais parceiros estratégicos de ambos países se encontraram e compartilharam conhecimento com vistas à identificação de práticas a serem adaptadas no contexto de uma agenda de cooperação mais ampla. Como resultado, um documento foi elaborado contendo atividades centrais de intercâmbio em cooperação, identificadas como demandas pelos parceiros peruanos.

Em Abril de 2015, o projeto apoiou a primeira missão de cooperação, trazendo uma delegação peruana (com 6 participantes) ao Brasil. A agenda da missão concentrou-se em compartilhar a experiência da Inspeção do Trabalho brasileira, especialmente no tópico dos Grupos de Inspeção Móvel. Essas unidades móveis dependem da participação de diversas instituições, como o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal, o

³ http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---exrel/documents/publication/wcms_222208.pdf

Ministério Público Federal e a Secretaria de Inspeção do Trabalho, e sua missão é inspecionar queixas de trabalho forçado *in situ*. Assim sendo, visitas foram feitas a cada uma dessas instituições e ao Superior Tribunal do Trabalho, e envolveram a participação da Secretaria de Direitos Humanos. A delegação peruana teve a chance de entender como a Inspeção do Trabalho brasileira opera na teoria e na prática – da análise das queixas ao resgate das vítimas. O projeto negociou uma visita a campo para acompanhar as inspeções no estado do Tocantins, que tem uma alta incidência de trabalho forçado. Delegados peruanos participaram dessas operações, vivenciando situações reais encaradas pelos Grupos Móveis. Após essas visitas, uma reunião final foi organizada para coletar impressões e resultados, e um relatório final foi preparado.

Exposição Global para o Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD) 2014

A Exposição Global para o Desenvolvimento Sul-Sul (GSSD) é um evento de alto nível das Nações Unidas com ênfase na Cooperação Sul-Sul. A GSSD 2013 aconteceu no sum (em Nairóbi) e foi organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP). O objetivo geral da GSSD 2013 foi oferecer uma plataforma sólida para compartilhar soluções inovadoras e replicáveis no sul que tenham impacto significativo nos países em desenvolvimento.

Os efeitos positivos do compartilhamento de experiências entre países do sul global inspiraram o Sistema ONU – sob a liderança do Escritório das Nações Unidas para Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) – a organizar a GSSD anualmente, incluindo uma série de fóruns para dar atenção às boas práticas e lições aprendidas na cooperação sul-sul. A OIT tem se envolvido com a GSSD desde 2009, e organizou a GSSD 2010 em sua sede, em Genebra.

No contexto da GSSD 2014, a OIT organizou um fórum direcionado à apresentação e disseminação de soluções de desenvolvimento em CSST que foram identificadas como boas práticas. Os temas gerais foram proteção social, economia social e solidária, combate ao trabalho infantil, incluindo esforços do Governo Brasileiro para promover a Iniciativa Regional, diálogo social e cooperação com Países Politicamente Frágeis (PPF). A Sra. Paula Montagner, Secretária da III CGTI, apresentou a Iniciativa Regional juntamente com a Sra. María del Carmen Velasco, do Ministério do Trabalho do Equador⁴.

III. Atividades em andamento e futuras no contexto da CSST Brasileira com a OIT

Trabalho decente durante e a Copa do Mundo

Em Junho e Julho de 2014, o Brasil sediou a Copa do Mundo.. O torneio aconteceu em doze cidades. Sendo um dos maiores eventos esportivos do mundo, a Copa representou grande oportunidade para investimento, criação de postos de trabalho e outras formas de emprego e geração de renda, além de melhorias na infraestrutura do país. De acordo com

⁴ http://www.ilo.org/pardev/south-south/WCMS_319497/lang--en/index.htm

o Ministério do Esporte e o Ministério do Planejamento, os investimentos relacionados à Copa totalizaram R\$ 25,6 bilhões, e o número de postos de trabalho gerados ficaram em torno de 710.000, de acordo com a USP. Cerca de 50.000 empregos foram criados na construção dos estádios entre Abril e Junho de 2014, e o setor turístico presenciou a criação de 48,000 postos de trabalho. Além disso, 165.000 pessoas foram treinadas pelo PORONATEC Turismo. A campanha Cartão Vermelho ao Trabalho Infantil envolveu a sociedade civil, jovens ativistas, estudantes, cantores, atores e a grande mídia durante a Copa do Mundo, com fins de aumentar a visibilidade das perspectivas de trabalho decente⁵.

Para reduzir os riscos de acidentes de trabalho, trabalho infantil e exploração sexual de crianças, a OIT (através de seu escritório no Brasil e SECTOR, com o apoio do Escritório Regional e lideranças da equipe trabalhando em formas inaceitáveis de trabalho) trabalhou em parceria com o Governo Federal, governos estaduais e municipais, organizações de empregadores e trabalhadores, outras entidades estatais (como o Ministério do Trabalho e os Tribunais do Trabalho) e organizações da sociedade civil para desenvolver e implementar uma agenda preventiva para eliminar a maior parte desses riscos e maximizar as oportunidades de emprego decente⁶.

A iniciativa da Copa do Mundo foi dimensionada para outros tipos de grandes eventos, relacionados e não-relacionados com esportes. A OIT Brasil, SECTOR e a sede já prestaram apoio à preparação do Carnaval em Salvador-Bahia em 2015 e nas Olimpíadas do Rio em 2016. Planeja-se um maior suporte para os Jogos Olímpicos.

Muitos outros grandes eventos estão planejados em diversos países ao redor do mundo, e eles também representam oportunidades de promover o trabalho decente. SECTOR está no momento preparando um manual para oferecer orientação para os parceiros que desejam promover o trabalho decente nesses países através dos grandes eventos. Esse manual incluirá exemplos da Copa do Mundo de 2014, disseminando conhecimentos da experiência brasileira.

Bolsa Verde, Desenvolvimento Sustentável e Proteção Social

Em Novembro de 2014, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a OIT Brasil assinaram um projeto intitulado “Cooperação Sul-Sul para promover o desenvolvimento sustentável através do trabalho decente e proteção social”. O Projeto está sob o Documento de Programa Brasil-OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul em Trabalho Forçado e Empregos Verdes, assinado em 2010 em Genebra entre os diretores da ABC e da OIT Brasil, e será implementado durante o ano de

⁵ https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Ljum-sE9Sp0

⁶ Com essa finalidade, um Subcomitê de Trabalho Decente e Grandes Eventos foi estabelecido no contexto do Comitê Executivo Interministerial da Agenda de Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e o Ministério dos Esportes, com a participação de diversos outros ministros. Além disso, o Comitê Nacional para o Trabalho Decente na Copa do Mundo da FIFA de 2014 e a natureza específica desse compromisso com o setor turístico foram lançados durante uma cerimônia no Palácio do Planalto, em 15 de Maio de 2015. Essa cerimônia teve a presença dos Ministros do Trabalho, de Relações Exteriores, da Casa Civil, dos Esportes, do Turismo, do Secretário Geral da Presidência, da Secretaria de Direitos Humanos, da Secretaria de Políticas para Mulheres, dentre outros, além de representantes das centrais sindicais mais representativas do país.

2015. O objetivo de desenvolvimento desse projeto é promover o desenvolvimento sustentável através da disseminação de boas práticas que integrem suas três dimensões (social, econômica e ambiental) através da cooperação sul-sul. O projeto irá mapear e sistematizar práticas inovadoras desenvolvidas na região da Amazônia que combinem preservação ambiental e superação da pobreza através da promoção de trabalho decente e proteção social. Ele também promoverá uma troca de experiências entre países do Sul para produzir insumos para a melhoria de políticas e para o debate internacional acerca da definição e alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), que substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) após 2015. O projeto produzirá subsídios técnicos com recomendações para alavancar a criação de trabalho decente e empregos que promovam o desenvolvimento sustentável nas práticas identificadas, além de uma publicação conjunta entre a OIT e o Governo Brasileiro para demonstrar a necessidade e a factibilidade de se colocar o trabalho decente e a proteção social no centro das estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável. Somado a isso, o projeto irá desenvolver e validar uma estratégia de capacitação entre os beneficiários do programa Bolsa Verde.

O programa Bolsa Verde foi implementado desde 2011 como parte de um grande plano estratégico do Governo Brasileiro : o Plano Brasil sem Miséria. A Bolsa Verde beneficia atores chave na preservação ambiental do país, tais como tradicionais comunidades ribeirinhas, comunidades extrativistas, famílias em assentamentos rurais e agricultores familiares. Seus objetivos são encorajar a preservação dos ecossistemas através da sua manutenção e uso sustentável; promover cidadania e melhoria das condições de vida; aumentar a renda de populações vivendo em situações de extrema pobreza em áreas rurais e de proteção ambiental; e encorajar a participação dos beneficiários em atividades de capacitação social, ambiental e profissional. A bolsa inclui um ordenado trimestral de R\$ 300 para famílias vivendo em pobreza extrema dentro das áreas prioritárias de conservação. O benefício é garantido por um período de até dois anos e pode ser renovado.

Como afirmado no document “O Futuro que Queremos”, os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável é um desafio global, e a cooperação sul-sul é um importante meio para promover essa agenda de desenvolvimento.

Migração e Cooperação Sul-Sul (2014 – Presente)

O Governo Brasileiro e a OIT iniciaram o processo de definição de um novo projeto de cooperação (2014) que foca na produção de conhecimento entre os países das Américas para o desenvolvimento de medidas protetivas mais eficazes para trabalhadores e migrantes. O projeto direciona-se primariamente a temas relacionados à legislação de migração, e ao desenvolvimento de uma nova Política Nacional de Migração. Como estratégia, a intenção do projeto é fortalecer a base de conhecimento sobre tópicos relacionados à migração recente, e produzir um esboço da atual situação dos migrantes no país, com enfoque em grupos vulneráveis, como os Haitianos. Também é importante

analisar a legislação nacional para propor mudanças, identificar lacunas e discutir arranjos para facilitar a garantia de direitos dos migrantes.

O projeto **“Cooperação Sul-Sul para a proteção dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na América Latina e Caribe”** tem entre os seus objetivos principais o reconhecimento efetivo dos direitos de trabalhadoras e trabalhadores migrantes na América Latina e Caribe, e a contribuição para sua integração laboral na região através do intercâmbio de boas práticas sobre políticas e ações que podem proteger trabalhadores migrantes. O projeto é custeado pelo Governo Brasileiro, através do MTE e da ABC, como parte de um programa de cooperação de longo prazo com a OIT. O projeto destina-se ao desenvolvimento de diversas iniciativas para o desenvolvimento de políticas de proteção para trabalhadores migrantes. É também resultado de experiências que a OIT desenvolveu e continua desenvolvendo em outras regiões do mundo, em coordenação com seus constituintes e, particularmente, com o Centro Internacional de Formação em Turim. A participação dos especialistas da OIT em áreas relevantes do projeto assegura uma assistência técnica permanente e qualificada. No arcabouço do projeto, a OIT deseja promover a CSST como um modelo para fortalecer o trabalho decente e atingir os ODSs da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 da ONU. Espera-se que as lições aprendidas durante o projeto influenciem positivamente os fóruns internacionais, nacionais e regionais relacionados ao tema da migração.

Cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de Algodão na África e América Latina⁷

O projeto GLO/14/45/BRA – Cooperação Sul-Sul para a promoção de trabalho decente em países produtores de algodão na África e América Latina – é programa guarda-chuva que será implementado através de planos de trabalho por país ou grupo de países beneficiários. Tais ações devem ser alinhadas com as prioridades nacionais e estratégias de desenvolvimento dos países, e integradas com outras iniciativas de cooperação sul-sul que existam entre o Governo Brasileiro e essas nações.

Atividades desse projeto foram desenhadas para permitir o uso das estruturas e capacidades existentes no Governo Brasileiro para a promoção da cooperação técnica sul-sul, coordenadas pela ABC/MRE. A cooperação do projeto se beneficia da extensa e reconhecida experiência Brasileira no tema do trabalho decente.

As ações do projeto foram organizadas em três fases estratégicas, descritas abaixo:

Primeira fase: Identificação de países produtores de algodão interessados em integrar a iniciativa e preparação dos planos de trabalho por país ou grupo de países parceiros. Um processo de consulta irá identificar países produtores de algodão em desenvolvimento na América Latina, Caribe e África (pelo menos dois em cada continente), ou outros países em desenvolvimento que sejam definidos em acordo entre o Governo Brasileiro e a OIT. Com o objetivo de se coordenar com ações que já estejam sendo implementadas pelo

⁷ Programa Brasil/OIT de Parceria para a promoção da Cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de algodão na África e América Latina, Brasília – Março, 2015

governo Brasileiro, países podem ser selecionados dentre os participantes Programa de Cooperação Sul-Sul do Governo Brasileiro com fins de fortalecer a indústria cotonicultora na América Latina e África. Assim, em adição a outros países produtores de algodão, os seguintes países que já participam do Programa de Cooperação Sul-Sul com o Brasil podem ser elegíveis para tomar parte no projeto: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Haiti, Paraguai, Peru, Benin, Burkina Faso, Burundi, Chade, Quênia, Malauí, Moçambique, Tanzânia e Togo.

A OIT e o Governo Brasileiro entrarão em contato conjuntamente com os países acima para assegurar seu interesse em juntar-se ao projeto. O Comitê Gestor do Projeto selecionará dois países na América Latina e dois na África, dentre os que expressarem interesse.

Segunda etapa: Implementação dos planos de trabalho e atividades de cooperação técnica sul-sul em uma ou mais áreas pré-definidas. Os planos de trabalho produzidos na primeira etapa serão executados em acordo com as provisões do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OIT. Isso incluirá assistência técnica, capacitação e intercâmbio de experiências em atividades à prevenção e eliminação do trabalho infantil, trabalho forçado e inclusão produtiva de jovens e mulheres.

Terceira fase: Sistematização das experiências angariadas pelo projeto com a finalidade de fortalecer as capacidades para a promoção de cooperação técnica entre países em desenvolvimento. O terceiro componente estratégico tem por objetivo possibilitar a identificação, sistematização e disseminação das experiências e tecnologias geradas no contexto desse projeto e outras medidas relacionadas, com fins de permitir o compartilhamento de conhecimentos sobre resultados, impactos, boas práticas e lições aprendidas no escopo dessa iniciativa de cooperação técnica sul-sul.

Brasília/ Genebra, Maio de 2015.

Anexo I)

Recursos Financeiros por Projetos Aprovados (US\$)		
PROGRAMA / ÁREA	PROJETO	VALOR
Trabalho Infantil	Combate às Piores Formas de Trabalho Infantil em Países Lusófonos na África. (Angola e Moçambique)	200,000.00
	Eliminação e Prevenção das Piores Formas de Trabalho Infantil no Haiti	289,823.00
	Projeto de Apoio ao Programa Sul Sul para Prevenção de Eliminação do Trabalho Infantil nas Américas	4,048,788.00
	Proteção e Promoção Social para Crianças e Adolescentes e suas Famílias em Situação de Trabalho Infantil no Paraguai	283,894.74
	Contribuição para o desenvolvimento de políticas e programas nacionais de prevenção e eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil na Bolívia.	219,362.11
	Projeto para a Redução do Trabalho Infantil Através da Cooperação Sul-Sul no Equador.	742,064.58
	Programa para Eliminar as Piores Formas de Trabalho Infantil no Timor Leste	261,891.37
	Projeto de Apoio ao Plano Regional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Mercosul	308,298.52
	Apoiar a implementação do Plano de Ação Nacional para a Eliminação da Piores Formas de Trabalho Infantil em Tanzânia	276,318.00
	Apoio a ações voltadas para a consecução das metas de 2015 de eliminação das piores formas de trabalho infantil em países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) por meio de conhecimentos, conscientização e Cooperação Sul-Sul	450,000.00
	Estratégias para Acelerar o Ritmo de Queda das Piores Formas de Trabalho Infantil - Conferência Global.	3,733,439.00
	Proteção de Crianças contra o Trabalho Infantil durante a Fase Inicial de Recuperação no Haiti.	300,000.00
	Subtotal Trabalho Infantil	11,113,879.32
Seguridade Social	Apoio ao Programa de Parceira Brasil/OIT para a Promoção da Cooperação Sul-Sul na área de Seguridade Social	563,886.96
	Promoção da Cooperação sul-sul na Área de Seguridade Social em Timor-Leste	385,825.00
	Promoção da Cooperação sul-sul na Área de Seguridade Social no Paraguai	184,001.00
Subtotal Seguridade Social	1,133,712.96	
Cooperação Humanitária	Iniciativa com centro de treinamento da OIT em Turim para a promoção de curso na área de Prevenção de Crises e Desastres Naturais	997,000.00
Migrações	Cooperação sul-sul para a proteção dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores migrantes na América Latina e no Caribe	625,730.00
Desenvolvimento Sustentável e Trabalho Decente	Cooperação Sul-Sul para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável por meio do Trabalho Decente e da Proteção Social	600,000.00
Algodão	Cooperação Sul-Sul para a promoção do trabalho decente em países produtores de Algodão na África e América Latina	6.864.706,24
TOTAL APROVADO (US\$)		21,335,028.52